

Afinal

28/5/1985

Economia

Safra de conflitos

Os bóias-frias pararam outra vez. O movimento sindical no campo cresce e a influência política também. Mas quem é esse trabalhador do campo?

TEXTO: MIGUEL ÂNGELO FILIAGE, FOTOS JOSÉ PINTO

O paranaense Adão Gomes Souza sempre trabalhou na roça. Com 63 anos ainda gosta muito do serviço. Hoje, porém, está parado, em greve. Ele mora em dois cômodos com nove filhos e sua mulher Levina, no Jardim São Bento, na cidade de Guariba, interior de São Paulo. Há cinco anos na cidade, Adão é um dos 8.000 bóias-frias que transformou Guariba num símbolo do movimento sindical do campo.

Um movimento que hoje se alastra por todo o Estado de São Paulo: os trabalhadores volantes (bóias-frias) querem melhores condições de trabalho e de salário e estão organizados.

Adão não é um agitador. Ele perdeu até a liderança dentro de sua própria casa, que custa um aluguel de 35.000 cruzeiros. Seus filhos não querem tornar-se lavradores. Preferem trabalhar na cidade, em qualquer coisa. Adão respeita a opção dos filhos mais velhos: "O homem se valoriza com carteira assinada". Mas seu sonho era vê-los na roça.

Adão não é um revoltado, um migrante que não tem amor à cidade, que quer perturbar a ordem, como alguns viram os participantes do movimento que estourou em Guariba em maio do ano passado e se espalhou como pólvora em várias regiões do Estado e do País. "O homem trabalhador não se lembra que sofreu. Me apoio em Deus", diz. Adão, na verdade, nem participou do primeiro movimento grevista dos bóias-frias e nem quis entrar naquele de janeiro deste ano. Mas apoiou os dois — "Acho importante, porque mesmo com os 12.000 cruzeiros de diária conseguidos não dá pra viver". (O movimento grevista de janeiro conseguiu elevar o piso da diária em todo o Estado de São Paulo: de 6.000 para 12.000 cruzeiros.)

Nesta atual greve, no entanto, quer participar. A principal reivindicação não foi atendida: o pagamento da produção por metro linear e não por tonelada, "Por tonelada, a gente nunca sabe quanto ganhou no final do dia."

O movimento grevista de janeiro, entretanto, convenceu João Fabiano da Silva, bóia-fria que há 20 anos mora em Sertãozinho, município próximo de Guariba. O prefeito Joaquim Ademar Quim Gago Marques estima que cerca de 10.000 trabalhadores do município pararam. João Fabiano, depois de participar da greve de janeiro, voltou a trabalhar, na colheita de amendoim. Com 61 anos, levanta às 5 horas da manhã e trabalha até as 16h30. Meia hora depois já está sendo deixado pelo caminhão pau-de-arara perto de sua casa. Uma rotina que não muda com a safra da cana.

João Fabiano não sabe, porém, se aquele movimento reivindicatório de janeiro adiantou muito: "Mesmo ganhando 20.000 por dia não dá para viver". A dúvida, na verdade, não é só de João Fabiano. É também de várias lideranças, de políticos. A greve de janeiro, analisam, foi deflagrada em momento errado, na entressafra, período em que não há necessidade intensa de mão-de-obra. O avanço, segundo essas lideranças, foi pequeno. Mas o atual movimento grevista tem todos os cartuchos para pressionar os patrões, garante outro líder sindical: a cana já está sendo colhida.

Guariba não parou sozinha em janeiro. A greve se alastrou rapidamente a outros municípios: Barrinha, Jaboticabal, Monte Alto, Sertãozinho, São Joaquim da Barra, Brodosqui, Ituverava, Paulo de Faria... Foram dez dias de tensão, noticiados com grande destaque na imprensa. Depois de muitas assembleias, reuniões, o então secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, conseguiu uma façanha: pela primeira vez na História colocou frente a frente as federações dos empregadores e empregados rurais e o primeiro acordo, depois de 11 horas de conversa, saiu. (O acordo valeu a Pazzianotto a conquista de muitos pontos na disputa da cadeira de ministro do Trabalho.) Mas, como ministro, Pazzianotto, não conseguiu na última segunda-feira, 20 — depois de exatas 11 horas de conversa com as mesmas federações —, evitar a greve. Não houve acordo possível (veja matéria na página 63).

O impasse nas negociações e as greves anteriores, porém, permitem várias indagações: o que está acontecendo no campo? Os trabalhadores rurais estão-se organizando? O sindicalismo rural está-se modernizando? E os empresários? Quais forças estão empurrando esses movimentos?

Aí começa uma discussão interminável, com poucas conclusões. Mas para especialistas em relações do trabalho, uma coisa é certa: como no meio urbano, o sindicalismo rural só se consolidará como movimento importante em regiões ricas, com grande concentração de mão-de-obra e grandes empresas.

Não é por acaso que os primeiros movimentos reivindicatórios do campo surgiram na rica região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. A cana-de-açúcar, dizem os especialistas, é uma cultura eminentemente concentradora. Por isso, também não é por acaso que os primeiros movimentos reivindicatórios no interior de Minas Gerais surgiram nos canaviais de Passos, importante cidade ao Sudoeste do Estado, e que os sindicatos rurais mais fortes de Pernambuco estão localizados na Zona da Mata, onde se concentra a agroindústria da cana-de-açúcar. Também não é difícil explicar por que o movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto adquiriu tanta força. A região congrega 80 municípios e 21 usinas de açúcar e álcool, que produzem, juntas, cerca de 1,7 bilhão de litros de álcool e 27 milhões de sacas de açúcar 20% do álcool produzido no País; 41% do álcool produzido no Estado de São Paulo. Na região, pelo menos 100.000 trabalhadores rurais são bóias-frias. A região, enfim, é uma das mais ricas do Estado. Uma das mais concentradas. (Suas terras também produzem 37% do amendoim, 20,5% do arroz, 34,6% do feijão, 55,1% da soja e 29,9% do milho do Estado.)

Mas também é preciso esclarecer que o movimento não surgiu por acaso ou motivado por "forças estranhas", que viram na região um potencial semelhante ao de São Bernardo do Campo. Não se pode, tampouco, ignorar que tão logo surgiram os primeiros ensaios do movimento, em maio do ano passado, na primeira greve, as atenções de várias correntes políticas foram despertadas. E que no movimento de janeiro — ninguém discorda — um fluxo razoavelmente grande de lideranças políticas correu à região para fincar a estaca de sua bandeira primeiro.

Hoje, as várias forças políticas que estão atuando na região querem chamar para si a paternidade do movimento. Todos — PT, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado, PMDB, Comissão Pastoral da Terra — querem ser o "pai da criança".

O que parece claro é que o movimento dos trabalhadores é anterior à atuação de qualquer força política. Ninguém discorda que a greve de maio de 1984, por exemplo, foi espontânea. Um movimento caótico, mas que já garantiu um acordo para o setor de cana na região, com registro em carteira, seguro contra acidentes, transporte gratuito, a instituição das cinco ruas

(que facilita a colheita da cana), etc. O acordo beneficiou também o setor da laranja, mas não conseguiu atingir todo o Estado.

Este ano a situação se repetiu em janeiro. Teve, no entanto, uma gota d'água política que exasperou a insatisfação dos trabalhadores: a demissão de 13 trabalhadores da Usina São Martinho, entre eles os membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Guariba, recém-eleita. Segundo o chefe da assessoria jurídica da Copersucar, Márcio Maturano, foram demitidos porque faltaram vários dias seguidos ao trabalho. "Eles acharam que na condição de líderes sindicais não precisavam mais ir ao trabalho. Só que o sindicato legalmente não existe. O Ministério do Trabalho ainda não o reconheceu".

Os primeiros piquetes foram feitos. Justificativa: os trabalhadores queriam a readmissão dos 13 trabalhadores e o reconhecimento do sindicato rural, presidido por José de Fátima. O movimento, sem muito respaldo, começou a titubear, apesar do esforço da CUT (José de Fátima é ligado à entidade). A Conclat, a central sindical concorrente da CUT, entrou em cena e em uma reunião na cidade de Barrinha elaborou uma pauta de reivindicações trabalhistas, onde o carro-chefe das justificativas era o desemprego dos trabalhadores na entressafra. O movimento então tomou novo fôlego e se espalhou pela região. Os trabalhadores, ou por medo dos ferozes piquetes ou por convicção, aderiram.

Na base dessa adesão aos movimentos grevistas não estão nem os políticos, nem entidades, nem sindicatos. Está a inflação, que desde 1983 vem corroendo com mais voracidade os bolsos dos bóias-frias. O problema da entressafra da cana sempre existiu. O desemprego é comum entre o término da safra de cana e o começo da de amendoim (o movimento grevista atual reivindica contrato de trabalho anual para evitar o desemprego). Na região de Ribeirão Preto o período de desemprego é de cerca de um mês. Mas até 1983, não se ouvia falar em movimento no campo. A situação nunca foi boa, garantem os líderes sindicais. Contudo era possível, terminada a longa e cansativa safra de seis meses da cana, ficar alguns dias tem fazer nada, e até pegar uma excursão até Aparecida do Norte. Este ano, por exemplo, não saiu ônibus algum para Aparecida, cidade para onde os religiosos trabalhadores gostam de peregrinar.

"Antes eles enfrentavam a entressafra e conseguiam ficar 15 dias parados depois da safra. Com a inflação, se pararem de trabalhar hoje não comem amanhã", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho, Alcídio Ferreira.

Como o bóia-fria mora na cidade, tudo fica mais difícil. Precisa comprar tudo. Não planta nada para sua sobrevivência. Com a inflação alta, muitos armazéns suprimiram a prática da caderneta, o fiado. Naqueles em que o fiado é aceito (única forma também do comerciante sobreviver) os preços são mais altos. Ficar sem emprego é ficar sem comida. Durante a safra, é difícil economizar. Na última safra da cana, terminada em novembro passado, o bóia-fria ganhou entre 257.000 a 300.000 cruzeiros por mês. Terminada a safra, 60% dos bóias-frias, segundo o Sindicato de Sertãozinho, são dispensados — sendo que cerca de 20% desses trabalhadores não são da região. São principalmente pequenos proprietários de Minas Gerais que migram para a região na safra e voltam quando ela termina.

A Copersucar fez um grande levantamento para detectar, em 80 municípios da região, qual era o número de desempregados na entressafra. Chegou a 2.000, considerando somente aqueles trabalhadores que participaram da safra anterior. O número deve estar correto e não é muito grande. Poderia ser facilmente absorvido pelas usinas, garante Maturano, do departamento jurídico da Copersucar. Acontece que a região está recebendo um fluxo migratório incontrolável. Trabalhadores rurais de outros Estados; trabalhadores urbanos, vindos principalmente da crise da construção civil. "É impossível arrumar emprego para todo mundo", mostra Maturano.

No pico da crise de janeiro, o prefeito de Guariba, Evandro Vitorino, distribuiu, na porta da Prefeitura cerca de 3.700 cestas de alimentos. Gastou 100 milhões de cruzeiros que a Prefeitura não tinha. Mais: abriu uma frente de trabalho para 700 bóias-frias desempregados, pagando 10.000 por dia a cada um, para consertar estradas, capinar, etc. A situação se repetiu em outros municípios. Os prefeitos se vêm reunindo constantemente com usineiros tentando convencê-los da necessidade de absorver o máximo de mão-de-obra. Não é fácil convencer, Pelas contas da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Sertãozinho — Copercana — hoje 65% da cana produzida pertençam à própria usina (ou a seus acionistas) e 35% a fornecedores independentes. Os fornecedores também utilizam bóias-frias, mas não podem ficar com eles na entressafra. As usinas alegam que seria um emprego artificial. Não existe na prática. E isso só complicaria a situação. A migração aumentaria cada vez mais.

Na verdade, uma parte da migração é espontânea, mas outra é induzida pela usina. Na safra, falta mão-de-obra e a alternativa é buscá-la em outras regiões. A maioria desses trabalhadores vem de Minas e voltam após a safra. Mas muitos ficam, para inchar ainda mais as periferias das cidades, como Guariba. Outras usinas preferem trabalhar somente com gente da fora. É o caso da Usina Bonfim, a única do município de Guariba. No pico do movimento de janeiro, com 1.500 desempregados em sua porta, o prefeito de Guariba, Evandro Vitorino, foi até a usina para negociar a contratação de alguns desempregados. Não conseguiu nada. "Parece que isso é proposital. Estão querendo ver o circo pegar fogo."

E pode pegar mesmo. Neste atual movimento grevista, o acordo não foi possível. Fernandes dos Reis, da Copercana, admite que os trabalhadores estão muito mais organizados que os patrões. Os empresários rurais acham inviável conceder, por exemplo, contrato de trabalho por um ano, e concordar com que a produção do cortador de cana seja aferida por metro linear e não por tonelada.

Se o acordo for firmado por força da greve, na prática, transferirá a data-base dos trabalhadores (que é em setembro) para o início da safra da cana, "medida que possibilitará um ajuste mais correto dos salários", mostra o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. O ministro já sabia que o acordo seria difícil.

Era por isso que ele alertava as partes envolvidas na negociação: "Usineiros, trabalhadores e fornecedores precisam organizar-se profissionalmente para enfrentar a nova realidade: a da negociação".

Mas a negociação talvez pudesse ser menos complexa se, por exemplo, as usinas concordassem em esticar um pouco mais a safra de cana. Uma safra realizada em oito meses, por exemplo, permitiria infra-estrutura muito mais barata e evitaria o desemprego, argumenta ao agrônomo e professor do departamento de economia rural da Unesp de Jaboticabal, Roberto Rodrigues Além disso, numa safra maior somente os trabalhadores locais teriam suficientes. Não haveria necessidade de importar mão-de-obra de outros Estados. Uma sugestão difícil de se pôr em prática. A tecnologia desenvolvida é exatamente para reduzir os prazos da safra. O ideal para as usinas seria uma safra de 90 dias. As vantagens econômicas seriam muitas: o rendimento industrial seria maximizado e a cana seria colhida sempre com maior riqueza de sacarose.

O deputado estadual Waldir Trigo, do PMDB, ex-prefeito de Sertãozinho, vem alertando desde 1976 — quando assumiu a Prefeitura: a região é um barril de pólvora. "A convulsão social poderia ser evitada", diz Trigo, para denunciar que a Lei 3870 nunca foi cumprida pelos usineiros. Por essa lei de 1965, 2% do valor de 1 litro de álcool, 1% de cada saca de açúcar e 1,5% de cada tonelada de cana deveriam ser investidos em educação, saúde, assistência médica e lazer aos trabalhadores da cana. "Só que essa verba sempre foi desviada. Um

volume de cerca de 500 milhões de dólares. Somente este ano a verba do Estado de São Paulo seria de 100 milhões de dólares."

As usinas, na verdade, criaram com esse dinheiro vários benefícios aos trabalhadores, da assistência médica ao lazer. Mas dentro da usina e numa estrutura reduzida, dizem os prefeitos da região. Joaquim Marques, de Sertãozinho, e Evandro Vitorino, de Guariba, acham que elas poderiam fazer mais. Creches nas periferias das cidades, por exemplo, para os filhos dos trabalhadores. Áreas de lazer, casas populares... São problemas que sobram para as prefeituras resolverem. Os prefeitos estão convencidos de que precisamos arrancar algumas coisas deles. Vitorino lembra novamente a Lei 3870 para dizer que é uma obrigação das usinas fazer melhorias sociais. Mas não tem mais esperanças, pelo menos enquanto esses recursos forem gerenciados pelas próprias usinas. "Espero que o Governo tire esses recursos das usinas e o transfira às prefeituras."

Outra maneira de conter a explosão das regiões canavieiras seria, garantem líderes sindicais, políticos e prefeitos, as usinas produzirem alimentos básicos, no período de entressafra, vendê-los a preços de custo aos trabalhadores. Ou dar algumas terras e infra-estrutura para que eles mesmos plantem e colham.

A situação explosiva pode ser acomodada de várias maneiras, mas nunca voltará à normalidade. As forças políticas agora estão agindo. Os sindicatos rurais foram despertados de sua letargia. O assistencialismo já é coisa do passado, dizem. A Federação dos Trabalhadores Rurais está fazendo um trabalho de formiga em todas as regiões. Não quer mais ficar a reboque dos acontecimentos, como aconteceu nos dois movimentos anteriores. Quer conquistar espaços. "A consciência sindical do trabalhador é pequena", reconhece o presidente do Sindicato Rural de Araraquara e um dos líderes emergentes da região, Elio Neves, "mas já se despona". O importante, no entanto, é a solidariedade do campo, que é muito grande.

O teste importante deverá acontecer neste novo movimento reivindicatório. Além das divergências naturais entre trabalhadores e usineiros, há um obstáculo a mais a ser superado. São os fornecedores — 92% deles incluídos na categoria de médios e pequenos — que, segundo garante Fernandes dos Reis, da Copercana, "não querem se modernizar". Um problema que também era detectado pelo então secretário do Trabalho Almir Pazzianotto: "Se não se modernizarem, serão eliminados do processo."

Pedro Luís Palmieri é um fornecedor de cana da Usina Santo Antônio, de Sertãozinho. Não pensa em organização. Pensa em trabalho. Também se considera um bóia-fria, apesar de estar montado numa camioneta nova a diesel. Ele é um pequeno fornecedor. Tem um sítio de 14 alqueires, 12 deles plantados com cana. Na safra, precisa somente de quatro bóias-frias para cortar sua cana. "Esse pessoal não pensa no futuro: trabalham três dias e param. Acho que merecem ganhar mais, mas precisam trabalhar. Tem gente que não faz por merecer." Na entressafra Palmieri dispensa os bóias-frias: "Fazer o que com eles?"

Ninguém sabe. No Brasil, estima-se que existam cerca de 3 milhões de bóias-frias: 400.000 no Estado de São Paulo, sendo 200.000 trabalhando principalmente na lavoura da cana. Maturano, da Copersucar, acha que a solução não pode ser regional. "É preciso fixar o homem em suas terras. E isso exige uma política federal." A migração às regiões canavieiras, diz ele, favorece o agravamento dos conflitos.

Em Pernambuco, o movimento sindical rural também está ressurgindo, mostrando-se um dos mais combativos do Brasil. E começou pela zona canavieira. As negociações de outubro do ano passado foram as mais tensas e difíceis de todas. De uma pauta de 45 reivindicações, patrões e empregados não chegaram a acordo sobre nenhum item. Os conflitos continuam.

Mas não são somente os bóias-frias ligados à cultura da cana que se estão organizando. Em janeiro, na região de Barretos, Jaborandi, Colômbia e Colina, interior do Estado de São Paulo, trabalhadores rurais conseguiram, através da greve, forçar a assinatura de protocolo estabelecendo o piso de 12.000 cruzeiros para as diárias dos bóias-frias que atuam em lavouras de arroz, feijão, etc.

O ministro Almir Pazzianotto acredita que o caminho seja esse mesmo: a negociação. Uma negociação que começou em 1978 e que gerou, no dia 31 de maio daquele ano, a primeira convenção coletiva realizada no Brasil. Um acordo histórico entre metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a indústria. O que veio depois é consequência, Mas é preciso um novo reordenamento nas relações trabalhistas do campo, concorda Pazzianotto. E o caminho para a solução pode estar na Constituinte.

(Páginas 49, 50, 51 e 52)